



REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Grupo Parlamentar do CDS aguarda por resposta à Pergunta 2439/XIII/4.ª, de 4 de julho, sobre “Sistema de Mobilidade do Mondego”, enviada ao Senhor Ministro do Ambiente e da Transição Energética.

De acordo com o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, o prazo de 30 dias fixado como limite para resposta terminou sem que o Senhor Ministro tivesse respondido ao Parlamento.

Os deputados abaixo assinados vêm, deste modo, submeter novamente a pergunta apresentada, aguardando resposta no prazo fixado pela lei.

Considerando que:

Uma notícia publicada a 21 de junho, no Diário de Coimbra, dá conta de uma afirmação do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra de que o Sistema de Mobilidade do Mondego «continua enguiçado» por 32 metros de ligação em falta na Via Central, mais precisamente entre a avenida Fernão de Magalhães e a praça 8 de maio.

O Senhor Presidente da CMC considera que a falta destes 32 metros pode ser «fatal para a operacionalidade do projeto», estando em causa a demolição de prédios que, alegadamente, ainda não avançou por falta de quem execute o trabalho de pedreiro.

Ainda de acordo com declarações do Autarca, que já terá apelado ao Senhor Ministro do Ambiente e da Transição Energética, foram pedidos mais estudos, apesar de a orografia não se ter alterado.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

Os Deputadas do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Senhor Ministro do Ambiente e da Transição Energética, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1- Confirma V. Exa. que a demolição dos prédios em causa não foi feita por falta de quem execute o trabalho de pedreiro?

2- Confirma V. Exa. que foram pedidos mais estudos? Sendo que a orografia não se alterou, com que fundamento e com que objetivo foi feito o pedido?

3- Que medidas tomou V. Exa. em resposta ao apelo do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra?

4- Quando vão ser demolidos os prédios em causa?

Palácio de São Bento, 8 de agosto de 2019

Deputado(a)s

HELDER AMARAL(CDS-PP)

ANA RITA BESSA(CDS-PP)